

Dívida Externa

Acordo externo

A sigla FMI, que designa o Fundo Monetário Internacional, inseriu-se no vocabulário popular dos países em desenvolvimento como sinônimo de uma entidade maligna, de poderes extraordinários, cuja única finalidade sobre a face da Terra seria a de infernizar a vida dos pobres e dos deserdados. Espécie de ente demoníaco, pronto a sabotar os esforços de desenvolvimento e de justiça social de boa parte da humanidade, o FMI é também pintado, às vezes, como a causa primeira — e até a causa única — de todos os males sociais do Terceiro Mundo.

Não é de se estranhar, portanto, que se ouçam as mais candentes críticas ao simples fato de que o Governo brasileiro conseguiu obter aquilo que toda a opinião pública interna cobrava há muito tempo, ou seja, a conclusão favorável da primeira fase das negociações com os bancos credores estrangeiros iniciadas em 25 de setembro último.

Nessa primeira etapa, o Brasil conseguiu que os credores aceitassem a idéia da emissão de bônus da dívida; que o prazo do acordo fosse até 1989; que o pagamento devido este ano — e que o Brasil jamais disse que não pagaria — alcançará 3,4 bilhões de dólares; e que o Brasil recorrerá à cooperação de bancos e de agências internacionais sem que isso tenha vinculação com os pa-

gamentos que precisa fazer aos seus credores.

Ainda como parte dessa primeira rodada, o País conseguiu jogar para 1989 as linhas de crédito de curto prazo, no valor de 1,8 bilhão de dólares, bem como prorrogar até junho do ano que vem o pagamento do principal da dívida, no valor de 8,6 bilhões de dólares, vencidos desde abril do corrente ano. Por fim, o Brasil compromete-se a pagar um bilhão e meio de dólares de juros do último trimestre deste ano, deixando abertas as portas para novas negociações a partir de meados do próximo ano.

É difícil encontrar nesse acordo preliminar algo que fira os bríos nacionais ou que represente capitulação da soberania do Estado. O Brasil não está pedindo nem recebendo favores de um clube de amigos ou tampouco enfrentando um tribunal internacional de supostos inimigos da prosperidade nacional. O que ocorre é um diálogo entre credores e o país mais devedor do mundo em desenvolvimento. O Brasil, por seu turno, é membro fundador do FMI e participe das transações de agências internacionais, como o Banco Mundial, desde o seu nascimento.

Não se justifica, portanto, o clima emocional de animosidade contra um acordo que o Governo acaba de obter dentro da defesa dos verdadeiros interesses nacionais.